

Senadores reagem contra restrições no uso da gráfica

O presidente do Congresso Humberto Lucena (PMDB-PB), requereu, ontem, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as notas taquigráficas da sessão que aprovou a resolução proibindo a gráfica do Senado de confeccionar qualquer publicação caracterizada como propaganda eleitoral. Lucena requereu, ainda, o parecer do ministro-relator.

A resolução também classifica como crime eleitoral o uso da estrutura dos gabinetes pelos parlamentares com objetivo de campanha. Lucena disse que as notas e o parecer serão analisados pela mesa diretora do Senado, que tomará uma posição sobre o que pode ser confeccionado pela gráfica, em favor dos senadores.

Os senadores protestaram contra a decisão do TSE. Muitos deles fizeram pronunciamento, ontem à tarde, na tribuna do plenário do Senado, criticando a medida e pedindo esclarecimento sobre o uso da gráfica para a confecção de material informativo sobre as atividades dos parlamentares.

Abuso — No entendimento do senador Júlio Campos (PFL-MT), “o TSE está abusando de sua autoridade, ao tentar coibir o trabalho dos parlamentares”. Campos disse que a resolução proíbe os senadores de utilizar a cota a eles destinada para publicação de trabalhos parlamentares.

Lembrou o senador que, dos US\$ 86 milhões do orçamento anual da gráfica, “apenas US\$ 1 milhão foram utilizados para publicação de trabalhos parlamentares”. Observou ainda, que a gráfica do Senado foi criada para dar igualdade de condições a todos os senadores para divulgar seus trabalhos parlamentares.

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) criticou a resolução e disse que, se a medida do TSE for levada “ao pé da letra”, basta um parlamentar candidato à reeleição atender em seu gabinete a um telefonema de algum eleitor para poder ser acusado de cometer crime eleitoral.

Mansueto de Lavor indagou se estaria incorrendo em crime eleitoral, se afixasse um retrato seu na porta de seu gabinete, a exemplo do que fez o senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), candidato ao governo do Pará.

Na opinião do senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), “daqui a pouco ninguém poderá dizer que é candidato a qualquer coisa” nas dependências do Congresso Nacional, sob pena de ser caracterizado como criminoso eleitoral.

Segundo ele, existe uma campanha para comprometer a imagem do Senado. Magalhães considerou inoportuna e errada a saída do plenário do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), que disse que não queria perder tempo com coisas inúteis.

■ A propaganda está restrita ao horário gratuito, conforme a Lei Eleitoral, é proibida qualquer divulgação eleitoral paga. A partir da escolha dos candidatos pelas convenções partidárias, as emissoras ficam proibidas de transmitir pesquisas ou consulta eleitoral; utilizar montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo com fins promocionais de candidatos ou para degradar ou ridicularizar outros. A propaganda gratuita começa em 2 de agosto e vai até 30 de setembro.